



# A Psicologia Frente ao Contexto Contemporâneo 2

Juliano Del Gobo  
(Organizador)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

Juliano Del Gobo

(Organizador)

# **A Psicologia Frente ao Contexto Contemporâneo 2**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P974 A psicologia frente ao contexto contemporâneo 2 [recurso eletrônico]  
/ Organizador Juliano Del Gobo. – Ponta Grossa (PR): Atena  
Editora, 2018. – (A Psicologia Frente ao Contexto  
Contemporâneo; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-017-9

DOI 10.22533/at.ed.179181912

1. Psicologia. 2. Psicologia e sociedade. 3. Pessoas – Aspectos  
sociais. I. Gobo, Juliano Del. II. Série.

CDD 150

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O termo psicologia deriva da união das palavras gregas “psiché” e “logos”, traduzidas como o estudo da alma, mas apesar de suas origens terem raízes tão antigas como as primeiras hipóteses e teorias sobre o funcionamento psicológico. Ao longo de sua história, a psicologia esteve situada no campo da metafísica, em torno de interesses relacionados à essência do ser humano, a partir de questões como O que é a alma e onde ela está? O que possuímos ao nascer? Como conhecemos? Qual é a natureza humana?

Sua identidade atual é muito mais recente e nasceu em meio a ebulição científica na Europa do século XIX, tendo sido preciso se reinventar para atender aos critérios de cientificidade daquele tempo histórico e se constituir como ciência independente. A ciência nascida na Europa do século XIX ao desembarcar nos EUA do século XX foi demandada a torna-se um campo aplicado, onde passa a assumir um lugar social a partir de práticas psicológicas.

A partir do momento em que um conjunto de teorias e práticas vão sendo reconhecidas pelo corpo ampliado dos sujeitos que convivem em determinado tempo e cultivam de mesmos costumes, elas passam a influenciar as formas de reprodução da vida, pois tornam-se parte da cultura. Discutir a Psicologia como produto e matéria-prima da Cultura humana é reconhecê-la a partir de duas importantes características: a diversidade de suas produções e sua origem e continuidade histórica, refletindo a relação dialética entre as demandas e necessidades do conjunto ampliado da sociedade em dado tempo histórico.

Nesta obra, a consciência histórica da Psicologia é cobrada na qualidade ou condição de ser contemporânea, isto é no desafio de se reconhecer como parte da construção de seu próprio tempo histórico, a partir de reflexões e produções teóricas e práticas que abordam questões históricas, mas que se tornam emergentes na medida que nosso tempo histórico ousa enfrentá-las. Uma obra como essa é sempre muito importante porque traz ao centro do debate sobre a vida coletiva em sociedade e a concretude das condições de vida dos sujeitos, as quais são objeto de abordagem e análise. Em resumo, trata-se de introduzir uma discussão histórica, sociológica e filosófica a respeito do mundo que vivemos, das formas dominantes de existir no mundo e de como as Psicologias contemporâneas são modos de tomar partido em relação às situações da vida cotidiana (FIGUEIREDO, 2015, p.30).

Dentro deste livro, estão contidas produções necessárias ao contexto contemporâneo, produções com posicionamento ético e também político diante de uma grande diversidade de temas e abordagens realizadas pelos autores. Assim, a diversidade de temas que o leitor encontrará nessa obra se une na medida que os debates estão sempre permeados pela posição ética e pela consciência de que a Psicologia tem responsabilidade com seu tempo histórico e com a vida coletiva.

Como a história segue seu próprio curso e qualquer tentativa de controle e previsão

sobre ela se mostram limitados, é necessário antes de tudo assimilar a contribuição importante do campo teórico e político da psicologia social, a qual revela que não há neutralidade na ciência e na prática da psicologia, uma vez que ela ou fornece elementos para a manutenção da estrutura social vigente ou para a transformação no modo de vida e da maneira de conceber os diferentes sujeitos na sociedade.

Desejemos aos leitores que desfrutem dessa obra e se deixem inundar com a profundidade dos artigos que seguem.

Juliano Del Gobo

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A TOXICOMANIA COMO EFEITO PARADOXAL DO DISCURSO CAPITALISTA	
<i>Luma de Oliveira</i>	
<i>João Luiz Leitão Paravidini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1791819121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
PERCEPÇÃO DOS FAMILIARES SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA E NO TRATAMENTO E RECUPERAÇÃO	
<i>Suzel Alves Goulart</i>	
<i>Cibele Alves Chapadeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1791819122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ERA INFORMACIONAL	
<i>Pedro Cardoso Alves</i>	
<i>Ana Lúcia Galinkin</i>	
<i>José Carlos Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1791819123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>44</b>
A TEORIA PROSPECTIVA E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES FINANCEIRAS	
<i>Carolina Leão Giollo</i>	
<i>Ricardo de Queiroz Machado</i>	
<i>Edilei Rodrigues de Lames</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1791819124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>61</b>
ASSIMETRIAS NA APRENDIZAGEM VERIFICADAS NA AVALIAÇÃO DO PISA SOB A ÓTICA DE GÊNERO: UMA REFLEXÃO CRÍTICA	
<i>Magner Miranda de Souza</i>	
<i>Cláudio Educado Resende Alves</i>	
<i>Maria Ignez Costa Moreira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1791819125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>76</b>
REGRAS EMOCIONAIS: UM ESTUDO CORRELACIONAL COM TRABALHO EMOCIONAL E BURNOUT ENTRE TRABALHADORES EM SAÚDE	
<i>Rui Maia Diamantino</i>	
<i>Laila de Carvalho Vasconcelos</i>	
<i>Rosemilly Rafele Santos da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1791819126</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>97</b>
PSICOLOGIA CRÍTICA E ESTÁGIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS – UM FAZERRESISTENTE	
<i>Giulia Ribeiro Limongi</i>	
<i>Kueyla de Andrade Bitencourt</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1791819127</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 100**

COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA E A EVASÃO ESCOLAR DA ADOLESCENTE-MÃE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE LADÁRIO-MS

*Sandra Regina Rocha de Lima*  
*Cláudia Elizabete da Costa Moraes Mondini*

**DOI 10.22533/at.ed.1791819128**

**CAPÍTULO 9 ..... 124**

O DESENVOLVIMENTO DO PODER DE AGIR EM PROFISSIONAIS DO PROGRAMA CONSULTÓRIO NA RUA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

*Daniel Rangel Curvo*  
*Francinaldo Do Monte Pinto*

**DOI 10.22533/at.ed.1791819129**

**CAPÍTULO 10 ..... 139**

PRODUÇÃO DE SAÚDE E PARTICIPAÇÃO COM USUÁRIOS DE UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO-JUVENIL

*Luciana Vieira Caliman*  
*Janaína Mariano César*  
*Victoria Bragatto Rangel Pianca*  
*Alana Araújo Corrêa Simões*  
*Anita Nogueira Fernandes*

**DOI 10.22533/at.ed.17918191210**

**CAPÍTULO 11 ..... 150**

DESAFIOS DA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS (AS) NA ATENÇÃO A PESSOAS COM IDEAÇÃO E/OU TENTATIVA DE SUICÍDIO

*Priscila Moura*  
*Maria Lucia Pereira*  
*Flávia Sallum*  
*Alessandra Viana*

**DOI 10.22533/at.ed.17918191211**

**CAPÍTULO 12 ..... 159**

OFICINA PSICOSSOCIAL COMO PRÁTICA DE PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

*Claudenilde Lopes dos Santos*  
*Gabriel William Lopes*  
*Amailson Sandro de Barros*

**DOI 10.22533/at.ed.17918191212**

**CAPÍTULO 13 ..... 170**

ADOLESCENTES ACOLHIDAS E SEUS AFETOS: O QUE TEMOS COM ISSO?

*Laura Ferreira Lago*  
*Eduardo Augusto Tomanik*

**DOI 10.22533/at.ed.17918191213**

**CAPÍTULO 14 ..... 181**

O PROJETO AVANÇO DO JOVEM NA APRENDIZAGEM E A REALIDADE DOCENTE

*Maicon Alves Garcia*  
*Aldenor Batista da Silva Junior*  
*Sonia da Cunha Urt*

**DOI 10.22533/at.ed.17918191214**

**CAPÍTULO 15..... 196**

QUANDO TRABALHAR É BRINCAR JUNTO: RECORTES DE UMA PESQUISA-INTERVENÇÃO NA CASA DOS CATAVENTOS

*Ricardo André Cecchin*

*Rosemarie Gartner Tschiedel*

**DOI 10.22533/at.ed.17918191215**

**CAPÍTULO 16..... 212**

O COLETIVO UERJ NAS SUAS MÚLTIPLAS REDES DE (RES)EXISTÊNCIA

*Ulisses Heckmaier de Paula Cataldo*

*Iaponira Oliveira dos Santos*

*Ana Carolina Areias Nicolau Siqueira*

**DOI 10.22533/at.ed.17918191216**

**CAPÍTULO 17 ..... 224**

SCHADENFREUDE E ESTEREÓTIPOS: OS LIMITES ENTRE ENDO E EXOGRUPOS

*Ícaro Cerqueira*

*Marianne Cunha*

*Saulo Almeida*

*Vanessa Andrade*

**DOI 10.22533/at.ed.17918191217**

**SOBRE O ORGANIZADOR ..... 232**

# CAPÍTULO 3

## PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ERA INFORMACIONAL

### **Pedro Cardoso Alves**

Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações  
Brasília – DF

### **Ana Lúcia Galinkin**

Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações  
Brasília – DF

### **José Carlos Ribeiro**

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Departamento de Psicologia  
Salvador – BA

**RESUMO:** Com o advento e da popularização da internet, a definição o conceito de participação política torna-se ainda mais complicada, conforme se ampliam os comportamentos politizados expressos através dessas tecnologias, atravessando as fronteiras entre físico e digital nas interações diárias. As próprias fronteiras que diferenciam os espaços físicos e digitais se tornam cada vez mais diluídas com os avanços tecnológicos, sendo a existência social cada vez mais híbrida, onde se vivência, simultaneamente diversos espaços com reduzidas limitações geográficas e cronológicas, anteriormente dominantes. Essa realidade demanda uma nova cultura

espacial e política que é particular dos ciberespaços e, portanto, uma nova concepção do que é participar politicamente. Fugindo das interpretações tradicionais, a participação política contemporânea é fluída e constante, ocorre nas micro conversações diárias, nos posts e tweets e demais publicações digitais. Dentro deste panorama, esta dissertação visa trazer a tona algumas das mais recentes reformulações de conceitos clássicos, como ideologia e eficácia política, assim como a proposta de uma nova medida para avaliar a relação com as informações política, nominalmente, Hábitos Informacionais. Ainda, propõem e avalia a validade de uma série de instrumentos adaptados para a realidade brasileira, tomando como base questões pertinentes para o cenário político específico do país. Por fim, objetiva traçar as relações entre esses fatores, identificando os seus respectivos impactos sobre os tipos de participação política, assim como em que medida esses impactos são mediados pela crença do sujeito sobre a eficácia de seus comportamentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participação Política, Eficácia Política, Ideologia, Ciberespaço, Internet.

**ABSTRACT:** With the advent and spread of the internet, the definition for political participation becomes ever more complicated, as politicized

behaviors are continuously expressed through these digital means, breaching the frontiers between physical and digital in day-to-day interactions. These very frontiers that differentiate these spaces become ever-more diluted as technology continues to progress, creating hybrid spaces, where both digital and physical aspects are experienced simultaneously with reduced effect of geographic and chronological limitations. This new reality demands a new spatial and political culture that fits the characteristics of cyberspace and, thus, demands a new interpretation of what is “political participation”. Far from the traditional interpretations of institutionalized participatory behaviors, contemporary participation is fluid and constant, it habits the everyday micro conversations, the posts and tweets and such. In this paradigm, this dissertation tries to bring to the forefront some of the more recent conceptualizations of the variables involved in this process, such as ideology and political efficacy, as well as the proposal for a new way of evaluating interaction with political information, namely Informational Habits. Furthermore, it proposes and evaluates the validity of a series of new instruments to measure these actualized concepts in the context of Brazilian politics. Lastly, it traces the relations between these factors and political participation, as well as the possible mediation effect of efficacy over these interactions.

**KEYWORDS:** Political Participation, Political Efficacy, Ideology, Cyberspace, Internet.

Se tomadas como evidência as vocalizações dos internautas brasileiros durante essa última década de protestos, aparenta existir uma interpretação comum no público geral de que é necessária a consonância entre ações digitais e físicas para que ocorram mudanças sociopolíticas significativas. Esse discurso não discorda das manifestações sociais do passado, que historicamente visam ocupações de espaços públicos e/ou privados como estratégia de combater os símbolos estabelecidos pelo discurso hegemônico (Martin Luther King, Ghandi, Occupy, Primavera Árabe e etc.). Contudo, nesses atos mais recentes, se mostra difícil identificar qualquer relação linear que sirva para mapear a relação entre físico e digital. De fato, esses dois aspectos da existência social contemporânea parecem estar profundamente entrelaçados, com fenômenos sociais se estruturando de um modo que se expressam simultaneamente em ambos, ao invés de transitar entre um e outro em momentos distintos (SANTAELLA, 2007).

Gilles Deleuze e Felix Guattari (1987), em outro contexto, discutem uma definição dos espaços de pensamentos, definindo duas estruturas principais de orientação desses espaços, uma “lisa” e outra “estriada”. Consideram a estrutura “lisa” como modelos de pensamentos nomádicos, podendo o sujeito surgir e transportar-se para qualquer lugar, um espaço sem fronteiras definidas ou caminhos fixos. Já o espaço “estriado” diz respeito a uma estrutura métrica de delineamento e construção dos espaços, menos heterogênea e mais rígida, com trânsito limitado às vias preestabelecidas. Ainda que em contextos diferentes do pensamento social, estas definições de espaços psicológicos serve função de exemplificar uma das principais diferenças entre o espaço físico e o digital. O primeiro levando a uma organização estriada pela sua própria estruturação,

o segundo permitindo espaços sociais que, ainda que não totalmente lisos, por suas limitações tecnológicas ou suas opções de design, muito menos estriados do que o espaço físico.

Um usuário no ciberespaço pode contatar pessoas em qualquer lugar no mundo, em qualquer momento, pode ver lugares novos, entrar em contato e até mesmo exercer culturas distantes, assim como se identificar com e participar de investidas políticas que ocorrem a milhares de quilômetros de distância (CASTELLS, 2013; MAZZOTTI; CAMPOS, 2014; STEPANOVA, 2011). Conectividade que tem se tornado cada vez mais enraizada na sociedade urbana, de tal modo que até mesmo desconectar-se destas redes informacionais torna-se difícil, seja pelo contato constante de amigos e familiares, procura de entretenimento na rede ou, até mesmo, pela insistência da acessibilidade constante que se estabeleceu em muitas relações empregatícias (TURKLE, 2008).

Contudo, ainda que o espaço digital talvez traga um alisamento para o espaço físico, a distribuição das ferramentas de acesso não é nada se não estriada, seja por questões de aceitação cultural ou por questões sociais, políticas e, principalmente, econômicas que estruturam a desigualdade na sociedade global contemporânea (NICOLACI-DA-COSTA, 2009; STEPANOVA, 2011). Aprópria data e local de nascimento já trazem limitações significativas à integração com e acesso a essas plataformas digitais, distinguindo “nativos digitais” dos “imigrantes digitais”. A idade distingue as interações entre aqueles que nasceram e cresceram com essas tecnologias como extensão de seus comportamentos sociais, os nativos, e aqueles que tiveram que reaprender as interações sociais a partir da forçosa integração destas tecnologias no seu dia a dia, os imigrantes (PRENSKY, 2001). O que não indica, necessariamente, que os jovens são “nativos”, considerando que em diversas regiões do mundo, e até em regiões de países ou cidades com maior penetração destas tecnologias, o acesso à internet continua fora do alcance de muitos (quase metade da população mundial).

E porque a hibridização do espaço, a transposição entre físico e digital, é entendida aqui como tão central para a interpretação da vivência urbana cotidiana contemporânea? Primeiro porque ela transcreve práticas tradicionalmente urbanas. O defacing, por exemplo, a prática hacker discutida anteriormente no contexto do hackerativismo, não aparenta ser algo diferente do grafite, um modo de se apropriar do espaço urbano, atribuindo novos significados e destacando a despersonalização dos espaços dominados pelas entidades privadas ou governamentais (RUSSI-DUARTE, 2009; VENTURA, 2009). Similarmente, ataques DDoS (Direct Denial of Service) servem a função de restringir o acesso a localidades específicas do ambiente digital, impedindo que aquela localidade produza a renda ou divulgue as informações que pretendia, não diferente de manifestações no espaço físico.

Segundo, porque ela orienta a própria interação com e vivência nesses espaços, seja de um modo bastante literal, com a utilização de aplicativos de navegação como o Waze para guiar o caminho pela cidade, ou sugerindo destinos como no Peixe Urbano

ou no Groupon, ou indiretamente como no caso de jogos como Pokémon Go, que incentivam seus usuários a se deslocar para localidades específicas para capturar os monstros ou competir nos ginásios virtuais através de uma interface de realidade aumentada. A sociedade já aparenta funcionar dentro de um espaço que se mostra híbrido, e caminha cada vez mais para a fusão dos espaços físico e digital.

Esse espaço híbrido, ou ciberespaço, com a expansão destas tecnologias, em especial no tocante às tecnologias móveis, se constituiria enquanto parte integrante da vivência espacial contemporânea. Nesse sentido, não se trata de um espaço “virtual”, no sentido de algo que existe em potencial ou enquanto simulacro (LÉVY, 1996), mas de uma existência híbrida, permitindo o desenvolvimento de espaços contínuos, de alta fluidez e mobilidade. Espaços ancorados no uso de tecnologias de comunicação como extensões do sujeito social (DE SOUZA E SILVA, 2006; SANTAELLA, 2007). A ampliação da vivência social pelos espaços e indivíduos ciborgues, contudo, não é acessível a todos, na medida em que tanto o direito ao acesso em si, quanto o direito ao acesso de qualidade, estão longe de estabelecidos na prática enquanto direitos, atingindo apenas cerca de 40% da população mundial (UNDP, 2015) e cerca de 47% da população brasileira (CETIC.BR, 2016).

Apesar desses processos de exclusão, a facilidade de acesso aos discursos de tantos cidadãos por meio das redes presentes no ciberespaço talvez ainda seja o melhor “termômetro” disponível para avaliar as questões e posicionamentos políticos de relevância para a população. Muitas vezes, são discursos influenciados por suas bolhas políticas e ideológicas, em bolhas formadas pela formação dos grupos interpessoais – onde os similares se atraem (BARBERÁ et al., 2015; PARISER, 2012). Contudo, essas “bolhas” são semipermeáveis, por uma questão da própria natureza do ciberespaço, entrando em contato eventual com discursos e informações destoantes (BARBERÁ et al., 2015). Resta saber se a permeabilidade desses grupos é suficiente para permitir a reconstrução dos símbolos.

## **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Participação política pode ser um conceito difícil de definir operacionalmente, em grande parte pelas mudanças constantes pelo qual o conceito é submetido devido aos esforços de incluir novas formas de comportamento participatório, na tentativa de atualizar suas definições e, conseqüentemente, melhor compreender cenários políticos atuais para além dos canais estabelecidos pelas tradicionais instituições políticas (EKMAN; AMNÅ, 2012; FEEZELL, 2016; VALENZUELA, KIM; ZÚÑIGA, 2012). A literatura tradicional da área entendia, majoritariamente, que comportamentos políticos são aqueles que diretamente relacionavam as estruturas políticas institucionais e a população, como o voto, caridade, doação para campanha, partidatismo, protesto e violência política, com foco expresso em políticas e dinâmicas eleitorais (EKMAN;

AMNÅ, 2012; FEEZELL, 2016).

Esse é um foco que faz sentido, considerando quão útil esse tipo de informação é para organizações políticas e privadas, assim como para a melhor compreensão de dinâmicas democráticas relativamente jovens em sua formulação moderna, mas peca em relegar ao segundo plano a participação política cotidiana, que ocorre nas interações entre os próprios cidadãos. Muitos autores contemporâneos defendem que esse foco excessivo no comportamento político institucional é danoso para a compreensão abrangente do cenário político recente, exatamente por ignorar ou desvalorizar este comportamento político cotidiano (EKMAN; AMNÅ, 2012; FEEZELL, 2016; VALENZUELA et al., 2012).

Consideram, inclusive, que a maior parte da participação política de fato ocorra fora dos períodos eleitorais e grandes manifestações (EKMAN; AMNÅ, 2012; FEEZELL, 2016), na forma de interações constantes e diárias entre cidadãos. Manter a definição de participação política mais abrangente, portanto, pode se mostrar mais produtivo que as definições tradicionais, mais específicas. Deste modo, Participação Política aqui pode ser entendida como os comportamentos que se estabelecem na interação entre cidadão e seu contexto sociopolítico por vias físicas e digitais (EKMAN; AMNÅ, 2012; FEEZELL, 2016).

Ferramentas digitais podem facilitar o comportamento participatório, na medida em que permitem participação política por um custo pessoal consideravelmente menor do que aquele dispendido para se deslocar e se colocar em risco em uma manifestação presencial (BIMBER, 2016). Claro, a participação política presencial ainda é um aspecto importante da manutenção da pressão política sobre o governo ou grupos hegemônicos, contudo, nem todos aqueles que concordam com a agenda destas manifestações presenciais tem ímpeto e/ou condições socioeconômicas para tomaram parte destes movimentos no plano físico, mas ajudam na divulgação e na construção de significados através de suas ações online, trazendo alguma força a mais para essas iniciativas.

Contudo, a crescente centralidade das interações online no cenário político não é, necessariamente, algo positivo, já que objetivos empresariais comumente orientam o que é ou não acessível, por via de algoritmos de pesquisa, como o da Google, onde filtros são construídos para melhor adaptar os mecanismos de pesquisa para suas preferências pessoais e para aumentar a lucratividade de empresas que pagam pelo serviço de propaganda (PARISER, 2012). As ideias utópicas que permeavam as discussões sobre a internet em sua concepção, como algo que se mostraria inerentemente democrático, transparente e livre não se concretizaram em sua plenitude, já que se trata, também, de uma ferramenta de aquisição e manipulação, direta ou indireta, de informações (PARISER, 2012).

Por bem ou por mal, o acesso e uso da internet crescem exponencialmente desde sua inserção na sociedade, sem qualquer indicativo de que esta tendência vá se modificar. Por isso, é essencial que se compreenda tanto o impacto das ferramentas

digitais, dentre os quais se destacam as redes sociais.

Decorre que não há sentido em dividir entre físicos e digitais comportamentos políticos presentes em sociedades híbridas, onde as barreiras entre os dois são fluidas. Por isso mantém-se uma estrutura conceitual, baseada em Ekman e Amnå (2012), que diferencia apenas a participação política latente da manifesta.

Sendo de especial interesse esses comportamentos políticos ditos “latentes”, que incluem comportamentos de interesse e engajamento social, como conversar sobre política, reciclar, doar e afins. Os “manifestos” tratam de comportamentos tradicionais na literatura, que se definem na interação entre a população e as instituições sociopolíticas como votar, manifestar e boicotar (CARNEIRO, 2015).

## **EFICÁCIA POLÍTICA INTERNA**

Vecchione e Caprara (2009) argumentam que as pesquisas tradicionalmente desenvolvidas no campo do comportamento político tem foco excessivo na orientação política, ignorando as crenças individuais sobre a eficácia das ações políticas em si e seu impacto na decisão de agir, ou não, politicamente. Esta crença, denominada de eficácia política interna, seria mais importante do que o posicionamento em uma escala arbitrária e dicotômica, não apenas para entender a ótica por qual o sujeito enxerga o mundo político, mas também quais caminhos seriam mais ou menos razoáveis para exercer sua cidadania, afinal, dificilmente qualquer ação será tomada quando a crença na efetividade da ação está ausente (VECCHIONE; CAPRARA, 2009; VELASQUEZ; LAROSE, 2014).

Na estruturação do argumento aqui desenvolvido, a percepção do sujeito sobre sua potencialidade política, serve de ponte entre o conhecimento, as informações, os posicionamentos ideológicos e o comportamento político propriamente dito (HOFSTEDER; ZÚÑIGA; DOZIER, 2001; VECCHIONE; CAPRARA, 2009). Essas crenças são, inevitavelmente, influenciadas por uma série de fenômenos políticos mais amplos, como a presença de corrupção, impunidade e ineficácia governamental (BAQUERO, 2001), assim como diferenças individuais e disponibilidade de informações percebidas como confiáveis e relevantes (ARDÉVOL-ABREU et al., 2017; HOFSTEDER et al., 2001). A ponto de que a compreensão de como ocorrem os processos políticos e das vias instituídas, ou o conhecimento amplo do cenário político de uma região não trazem, necessariamente, um impacto positivo sobre a eficácia percebida, por vezes tendo impacto oposto, ao confirmar a impotência inicialmente percebida diante da criminalidade institucionalizada (BAQUERO, 2001).

O cidadão não é, contudo, um mero reflexo de sua situação social, e até mesmo as situações sociais mais enraizadas e desequilibradas foram suplantadas por um constante fluxo de ações pelas partes afetadas, desde a escravidão até o abusivo cenário trabalhista da revolução industrial. Assume-se, portanto, que nenhuma situação política está além da influência do poder soberano da população. A sensação

de eficácia necessária para essas ações prolongadas, contudo, surgiria de um ciclo virtuoso entre informação, formação, eficácia e participação, que se retroalimentaria em nível social ao longo dos anos (ZÚÑIGA; DIEHL; ARDEVOL-ABREU, 2017). De tal modo que, ainda que eficácia política seja considerada um fator antecedente da participação política, a constante e efetiva participação política também impactaria na percepção de efetividade política tanto dos participantes quanto daqueles que observam de longe (ZÚÑIGA et al., 2017).

Peculiaridades do conceito, como as especificidades culturais, trazem consigo a necessidade de formular escalas específicas para o contexto avaliado (Brasil), ainda mais considerando a situação sociopolítica do país nos últimos anos (pulverização política – 2013 à 2018). O questionário aplicado nessa pesquisa tomou como base o conceito de Campbell (et al., 1954, p. 187), que trata eficácia política como, de forma traduzida, “a sensação de que ação política individual tem, ou pode ter, impacto no processo político, em outras palavras, que vale a pena para o sujeito exercer suas obrigações cívicas”.

## HÁBITOS INFORMACIONAIS

A circulação, apreensão, processamento e uso de informação, especialmente no atual contexto sociopolítico, são aspectos da vida social indispensáveis para compreender os comportamentos, especialmente quando são considerados as configurações geradas pelas novas tecnologias de informação e comunicação (KIM; YANG, 2015; METZGER et al., 2015; THORNTON, 2012). Como o cidadão lida com essas informações se tornou um dos temas centrais das pesquisas políticas da última década, em especial conforme entram em evidência as questões relacionadas ao movimento de “pós-verdade”, permeado por informações falsas e contraditórias, assim como pela questão das “fake news”, sejam essas notícias falsas ou apenas tentativas de taxar como falsas informações que discordam de uma determinada agenda política.

Esse cenário informacional particular não tem intenção de informar, mas de manipular a percepção dos fatos, apelando para as emoções e crenças do eleitorado para criar uma realidade alternativa que se encaixe na narrativa, ou ao menos estabelecer um contexto de constante incerteza (HERAKOVA; BONNET; CONGDON, 2017; METZGER et al., 2015). A quantidade de informações e discursos nesse contexto tem aumentado exponencialmente, ainda que a qualidade dessa informação seja questionável, criando uma enchente informacional que dificulta não apenas encontrar informações confiáveis.

Nesse contexto informacional faz-se necessário que o cidadão desenvolva a capacidade de filtrar o fluxo informacional de forma efetiva e justa, evitando assumir como verdade as informações provindas de suas fontes preferidas ou que concordem com suas concepções (caso pretenda um processo crítico de escolha política). Sem a perícia para elaborar esses filtros, é difícil imaginar um cenário que não o

isolamento em núcleos informacionais partidários ou o eventual afastamento das questões políticas resultante da percebida ineficácia dos meios informacionais, dando força para as crescentes correntes conspiracionistas, como as que acreditam que a terra é plana ou que vacina causa autismo.

Essas habilidades são comumente denominadas de *Information Literacy* na literatura internacional, definida como a maneira como o sujeito acessa, entende, analisa, avalia e produz conteúdo informacional (HERAKOVA et al., 2017; KIM; YANG, 2015). A proposição do conceito de Hábitos Informacionais se dá, em grande parte, pelo caráter técnico que muitos dos modelos *Information Literacy* assumem, tratando muito mais do uso de ferramentas específicas do que das habilidades e hábitos gerais exercidos pelo cidadão na sua interação diária com a enchente informacional a qual são submetidos. Ainda, esse conceito toma o lugar de sofisticação política pela sua maior amplitude em termos de compreensão do comportamento informacional, assim como pelas críticas ao conceito de sofisticação, que estipulam a priori quais interpretações informacionais são mais ou menos corretas, estando aberta a interpretações ideologicamente enviesadas (CHONG, 2013; TABER; YOUNG, 2013).

Neste sentido, a variável Hábitos Informacionais mantém relação à como o sujeito acessa, entende, analisa, avalia e produz conteúdo informacional (HERAKOVA et al., 2017; KIM; YANG, 2015) mas tem foco nas ações cotidianas e não nas habilidades técnicas. O foco em como o sujeito acessa e interpreta as informações disponíveis leva em consideração um cenário informacional consideravelmente mais complexo, onde a credibilidade das informações se coloca em cheque. Essa incerteza dificulta a formulação de questionários de sofisticação que estejam livres dessas mesmas influências sociais e ideológicas em sua formulação, de tal modo que se torna mais simples, e talvez mais representativo, focar no passo a passo da interação informacional do que estipular conhecimentos arbitrariamente designados como relevantes, ainda mais em países onde o treinamento em tecnologias informacionais não é norma.

É importante salientar, contudo, que a interação informacional nem sempre é focada na lógica argumentativa ou de quão robusta é a informação, sendo, por vezes, relacionada a uma apresentação estética dos argumentos, como é o caso da utilização dos memes. Esse conceito não engloba, ainda, este tipo de utilização do cenário informacional, mas é um ponto importante a ser considerado em pesquisas futuras, ainda mais conforme se alastram as dinâmicas características da “pós-verdade” e das “Fake News” que têm sido discutidas no contexto informacional contemporâneo, em grande parte em decorrência do cenário político norte americano durante o governo Trump.

## **IDEOLOGIA MULTIDIMENSIONAL**

O modelo tradicional de ideologia tende a estabelecer um espectro unidimensional de posicionamento político, variando de esquerda/liberal à direita/conservador

(CONOVER; FELDMAN, 2004; FELDMAN, 2013). Até hoje, a forma exata dessas estruturas ideológicas está aberta ao debate, especialmente quando se considera a pulverização do espectro político, que abandona o bipartidarismo que imperou na oposição ideológica das Grandes Guerras e da Guerra Fria. Nesse novo contexto, uma teoria mais complexa de ideologia tem se feito necessária, não apenas por essa pulverização, mas também pelo posicionamento menos ideologicamente delimitado que tem sido encontrado na população geral, que trazem posicionamentos ideológicos distintos sobre questões econômicas e sociais/morais (CONOVER; FELDMAN, 2004; FELDMAN, 2013). Em outras palavras, é razoável o sujeito acreditar nas máximas sociais conservadoras sobre gênero ou religiosidade do Estado e ainda assim assumir uma postura de *welfare state* em termos econômicos e governamentais.

A estrutura multidimensional de ideologia, leva em consideração ao menos esses dois fatores ideológicos (social e econômico) como medidas distintas que posicionam o sujeito em um contínuo ideológico bidimensional. Esse modelo tem se mostrado um melhor encaixa em diversos estudos sobre o assunto (FELDMAN, 2013; FELDMAN; JOHNSTON, 2014) e, ainda que seja possível que uma quantidade maior de dimensões seja necessária para dar conta da complexidade do fenômeno, aparenta ser a melhor opção conceitual até o presente momento. Esse espectro ideológico permite uma compreensão menos reducionista dos posicionamentos políticos, que tendem a se tornar ainda mais complexos conforme se amplia o acesso às informações, discursos e símbolos que orientam questões sociopolíticas em nível nacional e internacional. Ainda, permite uma análise mais minuciosa das diferenças entre grupos ideológicos, deixando de lado a pressuposição de que posições predeterminadas sobre assuntos específicos acompanham, necessariamente, o posicionamento à esquerda ou à direita.

## **DESDOBRAMENTOS DAS ESTRUTURAS FATORIAIS DOS INSTRUMENTOS**

Para Participação Política foi encontrada uma estrutura bifatorial, dividindo-a de modo congruente com as definições de Participação Política Latente e Manifesta. Foi encontrado, também, um alto grau de correlação entre esses fatores ( $r = 0,58$ ), indicando não apenas que se tratam de aspectos do comportamento participatório, mas que também se estruturam como facetas essenciais da movimentação participatória da população, em consonância com o modelo teórico (EKMAN; AMNÅ, 2012; FEEZELL, 2016; VALENZUELA; KIM; ZÚÑIGA, 2012). Esse é um resultado que corrobora a importância da Participação Política Latente na análise dos movimentos participatórios contemporâneos, isto é, a importância dos comportamentos políticos que se desdobram no dia a dia na interação entre os membros da população civil, seja essa interação ocorrida no espaço físico ou digital. Com a crescente expansão dos meios comunicativos de massa, não há porque imaginar que a importância desses comportamentos cotidianos não se demonstre cada vez mais central, especialmente se as ações políticas continuarem a romper fronteiras geográficas e culturais (CASTELLS,

2013; MAZZOTTI; CAMPOS, 2014; STEPANOVA, 2011).

No que tange a Ideologia bidimensional, não se esperava correlação tão elevada entre os fatores social/moral e econômico ( $r = 0,42$ ). A diluição das fronteiras entre esses fatores indica que, ao menos para a amostra (385 sujeitos abordados por via das redes sociais digitais), trata-se de um contexto político mais polarizado, onde se diluem as questões sociais e econômicas nos discursos (FELDMAN, 2013), seja devido a uma maior partidarização dos respondentes, ou uma polarização ideológica salientada no cenário brasileiro. Como exemplo, nesse momento da análise, houve o deslocamento de duas questões do espectro social/moral, onde era esperado que se situassem, para o espectro econômico, são estas “O mundo era menos chato antes do ‘politicamente correto’” e “Criminosos deveriam ser punidos com a morte”.

São dois aspectos do discurso político que assumiram um papel importante na discussão política no cenário contemporâneo do Brasil, principalmente com a ascensão de uma direita (conservadora) mais extremada representada por políticos como o candidato Jair Bolsonaro (e a dita bancada da bíblia), responsáveis por difundir, ou dar espaço, para discursos como “Bandido bom é bandido morto”, ou na relativização do preconceito e do machismo, assim como discurso de inversão de papéis, com terminologias como “feminazi” e “ditadura gay”. São políticos que, também, defendem um suposto governo mínimo, em uma ótica neoliberalista de mercado. Contraditoriamente, sugerem um controle governamental maior sobre as ações desses grupos de oposição, limitando a expressão da agenda desses grupos políticos, exemplificando a versatilidade ideológica dos discursos contemporâneos.

Essa aglutinação também aparenta ocorrer para a esquerda (liberal), onde o tipo de agenda que se refere a este tipo de questão social tende a ser defendido por políticos identificados como de esquerda, como o Deputado Jean Willys e a deputada Maria do Rosário, conectados a um discurso economicamente à esquerda. Esse deslocamento aparenta ser congruente com a transferência dessas questões sociais para um cenário ideológico mais rígido, onde a defesa das minorias e a defesa de práticas de reinserção de criminosos passam a se aglutinar a um embate mais amplo sobre o papel de determinados setores do mercado ou do governo. A totalidade do deslocamento indica que não se trata apenas da confusão destas questões, mas do pertencimento explícito desses itens a um discurso que une moralidade e economia.

## **CORRELAÇÕES ENTRE AS VARIÁVEIS PREDITORAS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

O fator de Participação Política Latente (PPL) demonstrou correlações consideráveis com os fatores de Eficácia Política Interna (EPI),  $r = 0,44$ ,  $p < 0,001$ , e de Hábitos Informacionais (HI),  $r = 0,48$ ,  $p < 0,001$ , indicando que todos são fatores significativos na interpretação de PPL. Já no que tange os fatores ideológicos, as correlações foram relativamente baixas tanto para IDS,  $r = 0,17$ ,  $p < 0,001$ , quanto

para IDE,  $r = 0,30$ ,  $p < 0,001$ . Para PPM as relações com os fatores EPI,  $r = 0,35$ ,  $p < 0,001$ , e IDE,  $r = 0,43$ ,  $p < 0,001$ , foram razoáveis, mas foram similarmente fracas para HI,  $r = 0,29$ ,  $p < 0,001$ , e IDS,  $r = 0,28$ ,  $p < 0,001$ . A correlação entre os dois tipos de participação política foi elevada,  $r = 0,58$ ,  $p < 0,001$ , sugerindo que se tratam de aspectos importantes do mesmo construto.

HI foi, portanto uma inclusão importante na interpretação dos fenômenos políticos estudados, em especial para PPL, comparados a outras variáveis já estabelecidas teoricamente. Evidenciando a importância de se debruçar sobre as questões específicas dos contextos informacionais, conforme já defendem outros autores (CASTELLS, 2013; HERAKOVA et al., 2017; KIM; YANG, 2015; MAZZOTTI; CAMPOS, 2014; METZGER et al., 2015; STEPANOVA, 2011; THORNTON, 2012), especialmente considerando a também elevada correlação entre esse fator e a EPI,  $r = 0,41$ ,  $p < 0,001$ . Isto é, trata-se de mais um passo para se estabelecer uma análise do processo participativo que reflita os comportamentos característicos de um mundo informacional, assim como das implicações políticas dessas tecnologias.

Por outro lado, também indica que os fatores ideológicos se correlacionaram menos do que era inicialmente esperado com os tipos de participação política, assim como com EPI ( $r < 0,30$ ), considerando a importância que esse posicionamento toma no discurso político observado. A maior robustez das correlações entre ideologia e PPM, indica ou que não são questões tão relacionados aos atos de participação menos tradicionais, ou que as questões que impulsionam essas visões políticas da sociedade são mais importantes para motivar as participações institucionais, talvez em decorrência de um movimento inerentemente mais grupal (manifestações e voto). Sendo todas as relações positivas, destaca-se que, conforme os questionários foram estruturados, há indicação que posicionamentos mais à esquerda tendem a se relacionar mais com ambas as formas de participação, mas principalmente com a institucional, indicando maior mobilização (ou ao menos percepção de mobilização) desse grupo político.

## **HÁBITOS INFORMACIONAIS, EFICÁCIA POLÍTICA INTERNA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Resultados positivos foram encontrados na relação de EPI sobre HI e PPL neste momento da análise e indicam a presença de um efeito de mediação parcial. O efeito total descreve o efeito total do fator preditor HI sobre o fator de resposta PPL, sendo esse um valor elevado e significativo,  $b = 0,54$ ,  $95\%CI[0,45, 0,63]$ ,  $p < 0,001$ . Já os demais valores descrevem quanto desse efeito total é ocasionado pelo fator preditor e quanto é ocasionado pelo fator mediador, no caso dessa análise, o fator HI foi responsável por cerca de 75% do efeito total,  $b = 0,41$ ,  $95\%CI[0,30, 0,50]$ ,  $p < 0,001$ , enquanto que EPI,  $b = 0,14$ ,  $95\%CI[0,09, 0,19]$ ,  $p < 0,001$ , foi responsável por cerca de 25%,  $95\%CI[0,17, 0,36]$ ,  $p < 0,001$ . Similarmente, os resultados referentes

ao efeito de mediação de EPI sobre a relação entre o fator preditor HI e o fator de resposta PPM foram positivos, indicando uma relação de mediação parcial. O efeito total referente à relação entre HI e PPM se mostrou significativo,  $b = 0,35$ , 95%CI[0,24, 0,45],  $p < 0,001$ , indicando que HI de fato se trata de um fator relevante para prever a participação política institucional. Sendo que cerca de 61% do efeito total resultou do fator HI,  $b = 0,21$ , 95%CI[0,10, 0,33],  $p < 0,001$ , e cerca de 39%, 95%CI[0,22, 0,63],  $p < 0,001$ , foi mediado por EPI,  $b = 0,14$ , 95%CI[0,08, 0,19],  $p < 0,001$ .

Destaca-se, também, que o efeito de HI foi consideravelmente maior para PPL, indicando que esses hábitos teriam maior efeito sobre os comportamentos políticos cotidianos do que sobre as formas mais clássicas de participação. São resultados que corroboram o impacto predito da crença sobre a efetividade da participação política no comportamento em si (VECCHIONE; CAPRARA, 2009; VELASQUEZ; LAROSE, 2014). Vale destacar, ainda, que o efeito preditivo significativo de HI sobre os tipos de participação corroboram a utilidade da avaliação dos hábitos de filtragem e manuseio de informações como preditor da participação política e, como consequência, da importância de se estabelecerem comportamentos informacionais críticos para o desenvolvimento de uma população politicamente ativa, conforme discutido em outros estudos (HERAKOVA et al., 2017; KIM; YANG, 2015; METZGER et al., 2015; THORNTON, 2012). Nesse sentido, o conceito de Hábitos Informacionais, em sua avaliação de como o sujeito constrói sua rede informacional, ao invés da qualidade arbitrariamente atribuída do conteúdo informacional, parece tanto teórica quanto empiricamente razoável para melhor compreender esse contexto sociopolítico particular.

## **IDEOLOGIA SOCIAL, EFICÁCIA POLÍTICA INTERNA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

O efeito de mediação do fator EPI sobre a relação entre IDS e PPL, também foi confirmado nas análises. O efeito de IDS sobre PPL foi significativo,  $b = 0,23$ , 95%CI[0,10, 0,35],  $p < 0,001$ , sustentando o efeito preditor. Contudo, quando o fator de EPI é inserido no modelo, o efeito de IDS sobre PPL é reduzido,  $b = 0,17$ , 95%CI[0,04, 0,29],  $p < 0,01$ , sendo parcela do efeito transferido,  $b = 0,06$ , 95%CI[0,002, 0,12],  $p < 0,05$ , representando um efeito de mediação parcial de cerca de 26%, 95%CI[0,01, 0,57],  $p < 0,05$ . Quando são tratados os comportamentos de participação política institucional, percebe-se que há, também, efeito significativo entre IDS e PPM,  $b = 0,38$ , 95%CI[0,27, 0,49],  $p < 0,001$ , com efeito similar com a inserção de EPI no modelo, em que caso o efeito foi significativamente reduzido,  $b = 0,35$ , 95%CI[0,24, 0,45],  $p < 0,001$ , com mediação de cerca de 9%, 95%CI[0,01, 0,18],  $p < 0,05$ , pela variável EPI,  $b = 0,04$ , 95%CI[0,01, 0,07],  $p < 0,05$ . No contexto específico dessa pesquisa, esses resultados indicam que posicionamentos ideológicos sociais/morais mais à esquerda tendem a resultar em participação política (latente ou manifesta) mais frequente.

O efeito preditivo de IDS corrobora as discussões teóricas sobre a estrutura

ideológica multidimensional (FELDMAN, 2013; FELDMAN; JOHNSTON, 2014), contudo, vale salientar que os efeitos foram consideravelmente mais fortes para PPM. Essa diferença pode indicar que a preocupação com questões sociais mais amplas são ou diretrizes que fomentam a participação política institucional de modo mais contundente do que as participações cotidianas, ou que participantes que já exibem comportamentos de PPM também são mais ligados aos debates ideológicos que permeiam a discussão social/moral na política nacional. Neste sentido, sujeitos com identidades ideológicas mais delimitadas parecem se apresentar como participantes políticos mais assíduos.

## **IDEOLOGIA ECONÔMICA, EFICÁCIA POLÍTICA INTERNA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

O efeito de IDE sobre PPL se mostrou significativo,  $b = 0,21$ , 95%CI[0,14, 0,28],  $p < 0,001$ , sendo reduzido com a inserção de EPI no modelo,  $b = 0,15$ , 95%CI[0,08, 0,21],  $p < 0,001$ , com parcela do efeito transferido para a mediadora (EPI),  $b = 0,06$ , 95%CI[0,04, 0,10],  $p < 0,001$ , aproximadamente 31%, 95%CI[0,17, 0,49],  $p < 0,001$ , corroborando a hipótese de mediação parcial. No que tange aos comportamentos de PPM, percebe-se também efeito significativo de IDE,  $b = 0,31$ , 95%CI[0,25, 0,38],  $p < 0,001$ , com redução do efeito após a inserção de EPI no modelo,  $b = 0,26$ , 95%CI[0,20, 0,33],  $p < 0,001$ , que tem efeito pequeno, mas significativo, sobre a relação,  $b = 0,05$ , 95%CI[0,03, 0,07],  $p < 0,001$ , representando cerca de 15%, 95%CI[0,08, 0,23],  $p < 0,001$ , do efeito total.

No contexto dessa pesquisa, a análise indica que posicionamentos ideológicos mais liberais (esquerda) referentes às questões econômicas têm impacto positivo e significativo tanto sobre a frequência de comportamentos de PPM, quanto sobre a crença na eficácia das ações políticas individuais. Indica, também, que o fator EPI tem efeito preditivo significativo sobre comportamentos de PPM.

Esses efeitos corroboram as discussões referentes ao modelo ideológico multidimensional (FELDMAN, 2013; FELDMAN; JOHNSTON, 2014), contudo, indicam também que esses fatores ideológicos tendem a produzir maior efeito sobre PPM do que sobre PPL. Como discutido em relação à IDS, essa variação pode indicar que identidades ideológicas mais bem delimitadas podem ser mais significativas para a tomada de ação no âmbito institucional do que nos comportamentos do dia a dia. Acrescenta-se ainda, que o próprio cenário político mais polarizado, conforme indicado pela transferência dos dois itens previamente comentados de IDS para IDE, assim como as notícias recorrentes sobre corrupção e afins, acabam por gerar um ambiente social que salienta as questões política no discurso cotidiano, independente das questões ideológicas mais específicas.

## CONSIDERAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ERA INFORMACIONAL

As ferramentas de comunicação e participação social oferecidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação têm se integrado profundamente na vida cotidiana da população nos últimos anos, construindo e reconstruindo as dinâmicas de interação social contemporânea. A tecnologia móvel, em especial, tornou possível uma interconectividade praticamente constante entre os seus usuários, criando um cenário social de quase permanente conectividade (TURKLE, 2008), agindo como uma expansão dos limites de interatividade biológicos, geográficos e cronológicos que previamente imperavam nas relações interpessoais.

Nesta nova dinâmica social, o sujeito se integra a essa tecnologia, que se torna cada vez mais central na interação não só com outras pessoas (TURKLE, 2008), mas com os próprios espaços que habitam e com os símbolos que neles são integrados (MAZZOTTI; CAMPOS, 2014; STEPANOVA, 2011). A relação com esses espaços híbridos pressupõe esta conectividade pervasiva, por meio de um espaço que, longe do “virtual” no sentido de Lévy (1996), se integra à realidade palpável (DE SOUZA E SILVA, 2006; SANTAELLA, 2007) seja por aqueles que têm acesso ou por aqueles que são excluídos desses aspectos da sociedade. Dissolvem-se progressivamente as fronteiras, resultando em uma mudança constante dos comportamentos e paradigmas que estruturam as relações sociais em diversas esferas, sejam elas educacionais, de trabalho, comerciais ou, propriamente, políticas (CASTELLS, 2013; MAZZOTTI; CAMPOS, 2014).

O desenvolvimento dessa cibercultura talvez diga mais sobre uma potencialização e aceleração de processos sociais anteriores do que sobre uma realidade inteiramente inovadora (MAZZOTTI; CAMPOS, 2014), espelhando a relação progressiva de reconstrução do conhecimento. Contudo, é difícil imaginar que as dinâmicas decorrentes não tragam consigo questões únicas, seja na esfera da reestruturação do “conhecer” (“pós-verdade” e “fake news”) (HERAKOVA et al., 2017; METZGER E COLS, 2015), seja na ressignificação das relações políticas (CASTELLS, 2013; MAZZOTTI; CAMPOS, 2014). Com intuito de esclarecer o impacto dessas questões informacionais, a principal contribuição dessa pesquisa foi, sem dúvida, a introdução do conceito de Hábitos Informacionais, quantificando a relação dos sujeitos com seus ambientes informacionais, de modo a tornar possível avaliar a qualidade dessas redes de informações e conhecimentos, sem arbitrariamente estipular que tipo de conhecimento é relevante ou correto. A discussão dos resultados anteriormente descritos corroboram a importância dessa análise da construção e processamento da rede informacional do indivíduo, indicando que é um aspecto relevante para ambos os tipos de participação política estudados, assim como para a construção da percepção e Eficácia Política Individual. Sendo notáveis as relações entre Hábitos informacionais e as demais variáveis, se comparadas aos conceitos mais presentes na literatura, como Ideologia.

Contudo, longe de substituir qualquer um desses fatores testados, ou outros que aqui não foram contemplados, as análises aqui descritas demonstram a importância de se discutir a participação política em termos da atualização de suas dinâmicas nesse cenário de mudança tecnológica e social. Em relação a esses fatores outros, inclusive, essa pesquisa traz evidências também para a importância de um construto ideológico mais complexo (FELDMAN, 2013) na avaliação de questões políticas, ao menos no contexto brasileiro. Vale destacar, também, que as questões ideológicas obtiveram efeitos menores do que os esperados na amostra, indicando que, ainda que significativos, são fatores que têm impacto limitado sobre a participação política cotidiana, sendo mais relevantes, de modo geral, as ações institucionais, indicando que as participações manifestas são, de alguma forma, submetidas à maior influência de discursos ideológicos e de uma visão de mundo mais bem definida.

## PARA ONDE VAMOS?

Conforme se desenvolvem novas tecnologias de integração entre ciberespaço e espaço físico (como a realidade aumentada), confundem-se esses espaços e, ainda que isto não torne o espaço físico propriamente mais “liso”, já que ele continua limitado pelas suas estruturas e fronteiras físicas e econômicas, torna a percepção desse espaço menos restrita (TURKLE, 2008). Por exemplo, avanços em tecnologias holográficas ou de projeção sobre o campo visual, como o Google Glass ou as Hololens, trazem a possibilidade de integrar o ciberespaço no dia a dia. Tecnologias hápticas, por outro lado, procuram transmitir sensações físicas de toque, ou demais sensações, através de grandes distâncias.

Independente de quão simples seja separar ligações de Skype, ou similares, de interações físicas, as perspectivas de avanços em realidade aumentada apresentam questões pertinentes para o futuro das interações sociais, por exemplo: sentar em uma mesa de bar com amigos representados holograficamente sobre o seu campo de visão seria diferente de estar ali com eles fisicamente? Se a possibilidade do toque é a única distinção, então sair com seus amigos sem tocar neles seria qualitativamente similar a uma chamada de vídeo? Se forem integradas tecnologias hápticas que permitem a sensação de toque nessa realidade aumentada, ela seria diferente de uma interação presencial? Este capítulo não visa responder estas perguntas, que não podem ser respondidas nesse momento, mas elas servem para ilustrar o quanto a crescente integração entre espaços digitais e físicos torna cada vez mais difícil a sua separação.

Considerando as possibilidades informacionais e comunicativas que essas tecnologias trazem, não é de todo surpreendente o ritmo acelerado da sua adoção pela sociedade nas últimas décadas, até mesmo no contexto de países em desenvolvimento, como o Brasil. Contudo, longe de se estabelecer como uma ferramenta inerentemente democrática, em um sentido quase utópico, como esperançosamente se imaginava na virada do milênio, o alcance destas tecnologias ainda exclui mais de metade da

população mundial. Até mesmo no Brasil, onde a situação econômica e política é precária, mas não catastrófica como em outras regiões do mundo, o acesso à internet alcançava, em 2014/15, apenas 47.8% dos domicílios, considerando variação por região de 38% para o Norte até 60% para o Sudeste (CETIC.BR, 2016), situação que se torna ainda mais preocupante quando consideradas as disparidades entre a qualidade de acesso, em termos de hardware, e da educação para o acesso, em termos da criação de “boas práticas” para um trânsito consciente e crítico desses espaços. Quando considerado o cenário global, esse quadro é ainda pior, com maior disparidade entre qualidade e educação, mesmo entre os cerca de 40% da população mundial que dispõem de alguma forma de acesso (UNDP, 2015).

Resta, então, para os pesquisadores que se debruçam sobre essas questões políticas, particulares do contexto informacional, se esforçarem para manter uma compreensão atualizada do cenário político contemporâneo, de modo a se preparar para os impactos inevitáveis dos avanços tecnológicos futuros tanto nas dinâmicas de exclusão quanto de empoderamento do discurso. Por fim, o entendimento desses mecanismos é essencial para se discutir o lugar das tecnologias e informação e comunicação no mundo, assim como as estratégias para melhor lidar com as práticas danosas que delas surgem, almejando a integração destas tecnologias como um direito humano básico não apenas no discurso, mas também na prática, seja na resolução da disparidade em nível nacional ou no equilíbrio de distribuição em termos internacionais.

## LIMITAÇÕES

Pesquisas realizadas no contexto das redes sociais digitais vêm com uma série de limitações particulares. Primeiramente, a internet está longe de ser distribuída de forma igualitária, de tal modo que, ao realizar uma pesquisa no ambiente digital, se exclui cerca de metade da população. Dados os objetivos dessa pesquisa, esse é um problema que não pôde ser contornado, mas deve ser considerado ao avaliar as implicações aqui discutidas. Ainda, trata-se de uma população excessivamente rica e escolarizada. Por fim, diferente da aplicação presencial, é difícil avaliar em quais condições foram respondidos os questionários. Algumas dessas limitações estão presentes em boa parte da pesquisa acadêmica, e é questionável se são mais ou menos contundentes no cenário digital. De qualquer modo, para aqueles que dispõem dos recursos, seria importantíssimo trazer essa temática para regiões onde a internet não é acessível, ou para públicas de posicionamento mais conservador, que parecem, inclusive, guiar boa parte da discussão política no Brasil contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

ARDÈVOL-ABREU, A., HOOKER, C. M., & ZÚÑIGA, H. G. **Online news creation, trust in the media, and political participation: Direct and moderating effects over time.** *Journalism*, 1(21), 2017. DOI:

BAQUERO, M. **Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. São Paulo em perspectiva, 15(4), 98-104, 2001. DOI: 10.1590/S010288392001000400011

BARBERÁ, P.; JOST, J. T.; NAGLER, J.; TUCKER, J. A. & BONNEAU, R. **Tweeting from Left to Right: Is online political communication more than an echo chamber?** Psychological Science OnlineFirst, 26(10), 1531-1542, 2015. DOI: 10.1177/0956797615594620

BIMBER, B. **Three Prompts for Collective Action in the Context of Digital Media**. Political Communication, 34(1), 6-20, 2016. DOI: 10.1080/1058460920161223772

CAMPBELL, A., GURIN, G., & MILLER, W. E. **The voter decides**, American Psychological Association, 1954.

CARNEIRO, T. L. **Engaging Politics: Political Participation in Brazil and Sweden, predicted by Stereotypes about Parliamentarians, Political Education and Behavioral Contagion** (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, Brazil, 2015.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2013.

CETIC.BR - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Domicílios**, 2016.

CHONG, D. **Degrees of Rationality in Politics**. Em: Huddy, L.; Sears, D. O. & Levy, J. S. The Oxford Handbook of Political Psychology (2ed), 96-129, New York: Oxford University Press, 2013.

CONOVER, P. J. & FELDMAN, S. **The Origins and Meaning of Liberal/Conservative Self Identifications**. Em: J. T. Jost & J. Sidanius (Eds), Key Readings in Political Psychology, 200-216, New York and Hove: Psychology Press. 2004.

DE SOUZA E SILVA, A. **From Cyber to Hybrid: Mobile Technologies as Interfaces of Hybrid Spaces**. Space and Culture, 9, 261-278, 2006.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **A Thousand Plateaus**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

EKMAN, J. & AMNÅ, E. **Political participation and civic engagement: Towards a new typology**. Human Affairs, 22(3), 283-300, 2012.

FEEZELL, J. T. **Predicting Online Political Participation: The importance of selection bias and selective exposure in the online setting**. Political Research Quarterly, 69(3), 495-509, 2015. DOI: [10.1177/1065912916652503](https://doi.org/10.1177/1065912916652503)

FELDMAN, S. **Political Ideology**. In L. Huddy, D. O. Sears & J. S. Levy (Eds). The Oxford Handbook of Political Psychology (2ed), 591-626, New York: Oxford University Press, 2013.

FELDMAN, S. & JOHNSTON, C. **Understanding the Determinant of Political Ideology: Implications of structural complexity**. Political Psychology, 35(3), 337-358, 2014. DOI: 10.1111/POPS.12055

HERAKOVA, L., BONNET, J., & CONGDON, M. JR. **Centering Information Literacy (as) Skills and Civic Engagement in the Basic Communication Course: An Integrated Course Library Collaboration**. Basic Communication Course Annual, 29(1), 12, 2017.

HOFSTETTER, C. R., ZUNIGA, S., & DOZIER, D. M. **Media self-efficacy: Validation of a new concept.** *Mass Communication & Society*, 4(1), 61-76, 2001. DOI: 10.1207/S15327825MCS0401\_05

UNDP - United Nations Development Program. **Human Development Report**, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). **Renda Domiciliar per Capta**, 2015.

KIM, E. & YANG, S. **Internet literacy and digital natives' civic engagement: Internet skill literacy or internet information literacy?** *Journal of Youth Studies*, 19(4), 438-456, 2016. DOI: 10.1080/13676261.2015.1083961

LÉVY, P. **O que é o Virtual?** São Paulo, SP: Editora 34, 1996.

MAZZOTI, A. J. A. & CAMPOS, P. H. F. **Cibercultura: uma nova "era das representações sociais?"**. Em: *Teoria das Representações Sociais 50 Anos*, 2ªed, 605-648. Brasília, DF: Technopolitik, 2014.

METZGER, M. J., FLANAGIN, A. J., MARKOV, A., GROSSMAN, R., & BULGER, M. **Believing the unbelievable: understanding young people's information literacy beliefs and practices in the United States.** *Journal of Children and Media*, 9(3), 325-348, 2015. DOI: 10.1080/17482798.2015.1056817

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. **A difícil tarefa de compreender os arranjos espaciais contemporâneos.** *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 453-462, 2009. DOI: 10.1590/S0102-71822009000300019

PARISER, E. **O Filtro Invisível: O que a internet está escondendo de você.** Zahar, 2012.

PRENSKY, M. **Digital Natives, Digital Immigrants Part 1.** *On the Horizons*, 9(5), 1-5, 2001.

RUSSI-DUARTE, P. **Estética Comunicativa das Pichações.** XVIII Encontro da Compós, 2009.

SANTAELLA, L. **A ecologia pluralista das mídias locativas.** *FAMECOS*, 37, 95-101, 2008.

STEPANOVA, E. **The Role of Information Communication Technologies in the "Arab Spring", Implications Beyond the Region.** PONARS Eurasia Policy Memo, No. 159, 2011.

TABER, C. S. & YOUNG, E. **Political Information Processing.** In L. HUDDY, D. O. SEARS & J. S. LEVY (Eds). *The Oxford Handbook of Political Psychology* (2ed), 525-558, New York: Oxford University Press, 2013.

THORNTON, S. **Trying to learn (politics) in a data-drenched society: can information literacy save us?** *European Political Science*, 11(2), 213-223, 2012. DOI: 10.1057/eps.2011.20

TURKLE, S. **Always-On/Always-on-You: The Tethered Self.** In: KATZ, E (ed.). *Handbook of Mobile Communication Studies*, Cambridge: MIT Press, 2008, pp. 121-138, 2008.

VALENZUELA, S.; KIM, Y. & ZÚÑIGA, H. G. **Social Networks that Matter: Exploring the Role of Political Discussion for Online Political Participation.** *International Journal of Public Opinion Research*, 24(2), 163-184, 2012. DOI: 10.1093/ijpor/edr037

VECCHIONE, M., & CAPRARA, G. V. **Personality determinants of political participation: The contribution of traits and self-efficacy beliefs.** *Personality and Individual Differences*, 46(4), 487-492, 2009. DOI: 10.1016/j.paid.2008.11.021

VELASQUEZ, A., & LAROSE, R. **Youth collective activism through social media: The role of collective efficacy**. *New Media & Society*, 17(6), 899-918, 2015. DOI: 10.1177/1461444813518391

VENTURA, T. **Hip-hop e graffiti: uma abordagem comparativa entre o Rio de Janeiro e São Paulo**. *Análise Social*, (192), 605-634, 2009.

ZÚÑIGA, H. G., DIEHL, T., & ARDEVOL-ABREU, A. **Internal, External, and Government Political Efficacy: Effects on News Use, Discussion, and Political Participation**. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 61(3), 574-596, 2017. DOI: 10.1080/08838151.2017.1344672

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-017-9

